

Sumário

Introdução	13
1. Direito Agrário, seu conceito e abrangência	15
1.1. Antecedentes históricos	15
1.2. Denominação	15
1.3. Conceito	16
1.4. Características	16
1.5. Fontes do Direito Agrário	17
1.6. Princípios	19
1.7. Natureza jurídica do Direito Agrário	20
1.8. Autonomia	21
1.9. Relação com outros ramos do Direito	23
1.10. Relação do Direito Agrário com outras ciências	25
1.11. Codificação do Direito Agrário	26
1.12. O crescimento de Direito Agrário	26
2. Estatuto da Terra, sua nomenclatura e definições	28
2.1. A importância da nomenclatura no estudo do Direito	28
2.2. A idéia política de criação do Estatuto da Terra	28
2.3. O módulo rural como medida agrária	30
2.4. Características do módulo rural	31
2.5. Quantificação do módulo rural	33
2.6. A indivisibilidade do módulo rural	34
2.7. Módulo fiscal	35
2.8. Outros conceitos legais	36
2.9. Atualidade do Estatuto da Terra	37
3. Função social da propriedade e da posse agrária	39
3.1. Função social da propriedade	99
3.1.1. Antecedentes históricos	39
3.1.2. A função social da propriedade no Brasil	41
3.1.3. Penalidades para o descumprimento do princípio	42
3.2. Função social da posse agrária	43
3.2.1. Considerações preliminares	43
3.2.2. Diferença entre a posse de direito comum e a posse agrária - Efetividade da posse agrária	44
3.2.3. A função social da posse agrária	44
3.2.1. A posse agrária ordinária	45
3.2.2. A posse agrária derivada	46
4. Reforma Agrária	48
4.1. Breve história da propriedade rural no Brasil	48
4.2. Terras devolutas	49
4.3. Processo discriminatório	50
4.4. Conceito de Reforma Agrária	51
4.5. Terras passíveis de Reforma Agrária	52

4.6. O procedimento de desapropriação para Reforma Agrária	54
4.7. A distribuição das terras desapropriadas para a Reforma Agrária	69
4.8. A atual situação fundiária do País	72
4.9. Títulos da dívida agrária	75
4.10. Banco da Terra - Outra alternativa de reforma agrária	78
4.11. A reforma agrária na poesia	79
4.12. Compra e venda de imóveis para reforma agrária	80
4.13. Reforma agrária como questão econômica e social	82
5. Cadastro rural	83
5.1. Antecedentes históricos	83
5.2. A importância do cadastro rural	83
5.3. O cadastro rural no País	84
5.4. Conteúdo do cadastro rural	84
5.5. Espécies de cadastro rural	85
5.6. Finalidades do cadastro rural	86
5.7. Inscrição no cadastro rural	86
6. Zoneamento	89
6.1. Conceito	89
6.2. Finalidades do zoneamento	90
6.3. Objetivos do zoneamento	90
6.4. Origem e órgão executor do zoneamento.	90
7. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	91
7.1. Antecedentes históricos	91
7.2. Fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	92
7.3. Base de cálculo do I.T.R.	93
7.4. Apuração do valor do I.T.R.	95
7.5. Administração do I.T.R.	97
7.6. Imunidades do I.T.R.	98
7.7. Isenções do I.T.R.	98
7.8. Execução fiscal	99
7.9. Defesa do contribuinte do I.T.R.	100
7.10. Efeitos colaterais do I.T.R.	101
7.11. Inovações sobre o I.T.R.	101
8. Colonização	113
8.1. Antecedentes	113
8.2. Conceito	114
8.3. Tipos de colonização	115
8.4. Planejamento técnico na colonização	116
9. Teoria geral e princípios comuns aos contratos agrários	117
9.1. Antecedentes históricos	117
9.2. Conceito	119
9.3. Arrendamento e parceria rural como contratos agrários típicos	123
9.4. A exegese dos contratos agrários	124
9.5. Forma dos contratos agrários	125
9.6. A prova dos contratos agrários	127
9.7. Solidariedade possessória entre os contratantes	128
9.8. A irrenunciabilidade de direitos e vantagens	128
9.9. Nulidade absoluta de cláusulas contrárias à lei	129
9.10. Alienação ou imposição de ônus real sobre o imóvel, permanência do contrato	129
9.11. Rescisão facultativa dos contratos agrários	130
9.12. Prazo mínimo de contratação	130
9.13. Terminação dos contratos agrários	131
9.14. Direito de preferência na alienação do imóvel rural contratado	132
9.15. Direito de preferência na renovação dos contratos agrários	134
9.16. Direito de retomada	135

9.17. Indenização por benfeitorias	137
9.18. Direito de retenção	137
9.19. Direitos e obrigações das partes contratantes	138
9.20. Causas de extinção dos contratos agrários	140
9.21. Casos de despejo	143
9.22. Substituição facultativa da área objeto do contrato agrário	146
9.23. Cláusulas proibidas de contratar	146
9.24. Arrendamento e parceria rural de terras públicas	147
9.25. Cláusulas obrigatórias	148
10. Princípios específicos ao arrendamento e à parceria rural	149
10.1. Antecedentes	149
10.2. Preço do arrendamento rural em dinheiro	150
10.3. Limite de remuneração do arrendamento rural	152
10.4. Partilha dos frutos na parceria	153
10.5. Pagamento da quota na parceria	155
10.6. Crítica à legislação	155
11. Usucapião especial rural	157
11.1. Breves antecedentes históricos	157
11.2. Fundamento legal da usucapião especial	158
11.3. Requisitos da usucapião especial rural	158
11.4. O devido processo legal da usucapião especial rural	160
11.5. A justificação de posse	161
11.6. O rito da ação de usucapião especial rural	162
11.7. Peculiaridades da usucapião especial rural	163
12. A estrutura do crédito rural	165
12.1. Conceito	165
12.2. Fundamento legal	165
12.3. Objetivos do crédito rural	166
12.4. Órgãos integrantes do crédito rural	167
12.5. Tipos de crédito rural	168
12.6. Exigências para sua concessão	169
12.7. Origens dos recursos	170
12.8. A exegese do crédito rural	170
12.9. A inconstitucionalidade no crédito rural	173
12.10. Encargos do crédito rural	173
12.11. As garantias do crédito rural	178
12.12. Ponto de vista sobre o crédito rural	180
13. Títulos de crédito rural e sua execução	190
13.1. Generalidades	190
13.2. Espécies de títulos de crédito rural	190
13.3. Títulos de crédito rural propriamente ditos	191
13.4. Títulos de crédito rural assemelhados	195
13.5. A execução judicial dos títulos de crédito rural	198
13.6. Mudanças inconstitucionais	201
14. Previdência social rural	202
14.1. Evolução da previdência social rural no Brasil	202
14.2. Segurados rurais	203
14.2.1. Empregado rural	204
14.2.2. Contribuinte individual	204
14.2.3. Trabalhador avulso	205
14.2.4. Segurado especial	205
14.3. Contribuição	207
14.4. Benefícios	209

15. Exercícios de revisão de conteúdo	211
15.1. Temas para dissertação	211
15.2. Questões objetivas de escolha múltipla	212
15.3. Questões práticas	217
15.4. Questões objetivas de falsa ou verdadeira	221